



O Militante



BOLETIM DO COMITÉ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Actualidade das experiências da Revolução de Outubro

A QUESTÃO DO ESTADO

QUESTÃO CENTRAL DE CADA REVOLUÇÃO

por Álvaro Cunhal

A 30 quilómetros a noroeste de Leninegrado, Razliv é hoje um lugar histórico. Aí, num sítio ermo, se pode ver a reconstituição da cabana onde Lénine viveu clandestinamente em Agosto de 1917. Aí se pode ver também o cepo de uma árvore, que Lénine utilizava como mesa para escrever.

O verão de 1917 foi um momento de viragem decisiva na revolução russa. Terminara a dualidade de poderes, situação original criada pela revolução, em que, ao lado do governo provisório, governo da burguesia, se formara um outro governo com «uma existência real e incontestável»: os soviets de deputados operários e soldados (Lénine, «Sobre a dualidade do poder», Obras Completas, ed. fr., vol. 24, p. 28). Os mencheviques e socialistas-revolucionários, impedindo que todo o poder fosse entregue aos soviets e entrando num «governo de coligação», entregaram de facto todo o poder à burguesia. A contra-revolução passou à ofensiva. Novas tarefas se colocaram ao proletariado e ao seu partido, o partido dos bolcheviques. Como escreveu Lénine, se até Julho «o desenvolvimento pacífico da revolução russa era ainda possível», a partir de então a questão punha-se em novos termos: «ou a vitória completa da contra-revolução, ou uma nova revolução» («Resposta», Obr. Compl., vol. 25, p. 231 e 236).

Nas vésperas da «nova revolução», que problema considerava Lénine necessário abordar sem perda de tempo e o levava a escrever febrilmente no cepo de árvore em Razliv? Esse problema era o problema do Estado e a obra que então Lénine escrevia viria a constituir uma obra fundamental da teoria da revolução: «O Estado e a Revolução».

Já nas «Teses de Abril», Lénine caracterizava a situação como a transição da primeira etapa da revolução, que deu o poder à burguesia, para a segunda etapa, que devia dar o poder ao proletariado e às camadas pobres do campesinato (Obr. Compl., vol. 24, p. 12). De Abril a Julho de 1917, em numerosos artigos e discursos, Lénine insiste na importância do problema do Estado. É porém em «O Estado e a Revolução» que, não só expõe numa forma sistematizada a teoria de Marx e a defende dos seus detractores, como a aprofunda e enriquece com a sua investigação teórica criadora assente nas experiências do movimento revolucionário.

Nas vésperas da revolução socialista, a ideia fundamental que Lénine julga necessário demonstrar exaustivamente e defender com paixão é que, conquistando o poder, o proletariado não se pode limitar a tomar conta do aparelho do Estado burguês, mas tem de destruí-lo e substituí-lo por um novo Estado.

1

A teoria marxista da luta de classes permite explicar a origem e a natureza do Estado e os seus diversos tipos e formas.

Marx descobriu e demonstrou que o Estado é um poder que nasce da sociedade numa fase determinada do seu desenvolvimento, como resultado da divisão da sociedade em classes e do antagonismo irreconciliável das classes, como ne-

cessidade do recurso à coacção por uma minoria exploradora para manter a exploração da maioria.

O Estado é uma «organização especial do poder», «um poder especial de repressão», «a organização da violência», um aparelho militar e burocrático constituído especialmente pelas forças armadas, pela polícia, pelos tribunais, pelos órgãos legislativos e executivos, pelo funciona-

lismo. Aparentemente acima da sociedade e das classes, o Estado é na realidade um instrumento de dominação e opressão de uma classe sobre outras classes.

A correcta compreensão da natureza do Estado é essencial para toda a acção revolucionária do proletariado, particularmente quando se coloca na ordem do dia a conquista do poder.

Marx descobriu que a luta de classes, que se trava na sociedade capitalista, conduz necessariamente à revolução da classe operária, à conquista do poder político pelo proletariado, a um novo Estado definido no «Manifesto Comunista» como «o proletariado organizado como classe governante» (Obr. Esc., ed. ing., vol. I, p. 53).

Esta é a conclusão fundamental da teoria marxista da luta de classes. Não podem pretender ser marxistas aqueles que a rejeitam. Falando da sua teoria da luta de classes, Marx lembrava que não lhe cabia a ele o mérito, nem de ter descoberto a existência das classes, nem de ter descoberto a luta de classes. «O que fiz de novo (sublinhava) foi: 1) demonstrar que a existência das classes não está ligada senão a fases do desenvolvimento histórico da produção; 2) que a luta de classes conduz necessariamente à ditadura do proletariado; 3) que esta ditadura não constitui, ela própria, senão a transição para a abolição de todas as classes e para uma sociedade sem classes» (Carta a Weydemeyer, 5.3.1852, Obr. Esc., vol. II, p. 452).

O papel do proletariado na revolução socialista decorre das suas próprias características como classe na sociedade capitalista. «De todas as classes que hoje defrontam a burguesia (proclama o «Manifesto Comunista») só o proletariado é uma classe verdadeiramente revolucionária». «Os proletários só têm a perder as próprias algemas. Eles têm um mundo a ganhar» (Obr. Esc., vol. I, p. 43 e 65).

Defendendo e desenvolvendo as ideias de Marx, Lênine insistiu em que só o proletariado, como «única classe revolucionária até ao fim», pode ser «o guia de todas as massas laboriosas e exploradas (...), que frequentemente a burguesia explora, oprime e esmaga não menos mas mais que aos proletários, mas que são incapazes de uma luta independente pela sua libertação». Por isso, o poder da burguesia só pode ser abatido «se o proletariado se transforma em classe dominante capaz de reprimir a resistência inevitável e desesperada da burguesia, e de organizar para um novo regime económico todas as massas laboriosas e exploradas» («O Estado e a Revolução», Obr. Compl., vol. 25, p. 437).

O proletariado «transformado em classe dominante» como escreveu Lênine, o proletariado «organizado como classe governante» como definiu o «Manifesto», é precisamente a ditadura do proletariado, o novo Estado proletário. «O proleta-

riado (insistia Lênine) tem necessidade do poder do Estado, duma organização centralizada da força, duma organização da violência, tanto para reprimir a resistência dos exploradores, como para dirigir a grande massa da população — os camponeses, a pequena burguesia, os semi-proletários — na edificação da economia socialista» (Ibid.).

Mas como organizar o poder do Estado? A conquista do poder significará a conquista do aparelho do Estado? A esta questão capital, Marx deu uma primeira e clara resposta, que depois Lênine desenvolveu.

Estudando atentamente a experiência revolucionária, Marx sublinhava em 1852 que até então as revoluções políticas não tinham feito mais do que aperfeiçoar a máquina do Estado pois «os partidos que lutavam uns após outros pelo poder consideravam a conquista deste imenso edifício do Estado como a principal presa do vencedor» («O 18 Brumário», Obr. Esc., vol. I, p. 333). A experiência da grande revolução proletária do século XIX, a Comuna de Paris de 1871, permitiu a Marx avançar e precisar a sua doutrina. Essa experiência comprovou que, ao contrário do sucedido nas revoluções burguesas, «a classe operária (ao conquistar o poder político) não pode contentar-se com o tomar a máquina completamente pronta do Estado e fazê-la funcionar para a realização dos seus fins» («A guerra civil em França», 1871, Obr. Esc., vol. I, p. 516). «Destruir» a máquina do Estado, concluiu Marx, é a primeira condição de qualquer verdadeira revolução popular no Continente» (Carta a Kugelmann, 12.4.1871, Obr. Esc., vol. II, p. 403).

É nessa conclusão fundamental que Lênine insiste e é sobre ela que escreve no ceppo da árvore em Razliv, no verão de 1917, no momento em que ao proletariado russo se colocava a tarefa de realizar a sua revolução. A libertação da classe oprimida (escreve Lênine) é impossível «sem a supressão e a destruição do aparelho do poder do Estado criado pela classe dominante» e a sua substituição «por um poder especial de repressão exercido contra a burguesia pelo proletariado» («O Estado e a Revolução», loc. cit. p. 420 e 430).

Lênine alertava contra quaisquer ilusões que pudessem existir acerca da possibilidade de realizar a revolução socialista, se o proletariado e as classes oprimidas se limitassem a tomar conta do aparelho do Estado, cuidando poder utilizá-lo contra a burguesia. Em conformidade com tal conclusão, indicava ao proletariado russo e ao seu partido uma tarefa capital para a conquista do poder pelos trabalhadores: a destruição do Estado burguês e a construção dum novo Estado, dum Estado dos operários e camponeses que, sob a direcção da classe operária, quebrasse a resis-

tência decerto encarnizada da burguesia, suprimisse a exploração do homem pelo homem, pusesse termo à divisão da sociedade em classes,

assegurasse a transformação revolucionária da sociedade capitalista em sociedade socialista. Tal a essência da ditadura do proletariado.

2

Quando se fala da teoria marxista-leninista do Estado, deve ter-se sempre presente o significado da palavra «ditadura», empregada tanto em relação aos estados capitalistas, — à «ditadura da burguesia», como em relação aos estados socialistas, — à «ditadura do proletariado». A clara explicação desse significado é essencial para a compreensão da teoria do Estado e da teoria da revolução e para a determinação da posição das várias classes e forças políticas em relação ao problema da democracia. Os ideólogos burgueses, incluindo liberais e socialistas, baralham os dados do problema e procuram mostrar que os comunistas, defendendo a ditadura do proletariado, se opõem à democracia, e que os burgueses liberais e os socialistas é em nome da democracia que se opõem à ditadura do proletariado. A ditadura do proletariado, como «ditadura», seria um regime de opressão, enquanto a democracia burguesa, como «democracia», seria um regime de liberdade.

A verdade é que a palavra «ditadura», na teoria marxista-leninista do Estado, não significa uma forma particular de dominação de uma ou várias classes por outra ou outras classes, mas o próprio facto dessa dominação. Segundo a teoria leninista, o Estado numa sociedade dividida em classes antagonicas é sempre uma ditadura. A expressão «ditadura» sublinha que o Estado não está acima das classes, não é um instrumento de conciliação das classes nem um árbitro entre elas, antes é a «organização da violência», é um «poder especial de repressão», é um organismo de dominação de umas classes sobre outras. Em resumo: numa sociedade dividida em classes antagonicas, Estado é sinónimo de Ditadura.

As formas de dominação, tanto na ditadura da burguesia como na ditadura do proletariado, é que podem ser diversas. A ditadura da burguesia pode exercer-se através de variadas estruturas dos órgãos do poder e da administração, ou seja, sob regimes políticos diferentes: república parlamentar, monarquia constitucional, governo militar, ditadura fascista, etc. Em qualquer caso é sempre a «ditadura da burguesia». A ditadura do proletariado pode também exercer-se com a existência de um ou de mais partidos, com um sistema soviético ou uma assembleia parlamentar, ou outras formas de organização do poder. As experiências históricas das democracias populares já mostraram que o sistema soviético não é o único possível para o exercício da ditadura do proletariado, não é a forma única e obrigatória dum estado socialista.

O facto de quaisquer que sejam as formas de dominação da burguesia se tratar sempre de uma ditadura da burguesia não torna a classe operária indiferente a essas formas de dominação.

Nada tem a ver com o marxismo-leninismo a opinião anarquizante segundo a qual é indiferente à classe operária que o poder da burguesia se exerça num regime parlamentar ou numa ditadura fascista, uma vez que num caso e noutro se trata de capitalismo. A repressão e o terror são utilizados precisamente contra o proletariado, para impedir o desenvolvimento da sua organização e da sua luta, para aniquilar os seus quadros, para cortar o caminho à revolução socialista. Enquanto subsistir o capitalismo, o proletariado está interessado em lutar para que a ditadura da burguesia se exerça através de formas o mais democráticas possível, pois estas não só são as que menos sofrimentos lhe acarretam, como são aquelas que melhor lhe permitem defender os seus direitos, forjar a sua unidade, reforçar as suas organizações, limitar e enfraquecer o poder dos monopólios, ganhar as massas para a causa da revolução socialista. Nesse sentido se afirma que a luta pela democracia é parte constitutiva da luta pelo socialismo.

Nada tem também a ver com o marxismo-leninismo a posição de alguns «ultra-revolucionários» ao afirmarem que, nas condições do Portugal de hoje, a instauração das liberdades democráticas, se não fosse acompanhada pela conquista do poder pelo proletariado, seria ainda pior que a ditadura fascista, uma vez que representaria a consolidação do poder da burguesia, cuja crise se agrava nas condições do fascismo. O Partido Comunista Português não considera a revolução anti-fascista como uma revolução democrático-burguesa, mas como uma revolução democrática e nacional, de natureza profundamente popular. Mas insiste em que o fim do fascismo e a instauração das liberdades fundamentais constituem um passo primeiro, fundamental e indispensável da revolução anti-fascista. Assim, não só formula uma reivindicação central, compreendida e sentida pelas mais vastas massas populares, como indica o caminho que pode conduzir à realização dos outros objectivos da revolução democrática e nacional e ao socialismo. Não é posição nova a do nosso Partido. Lênine numerosas vezes sublinhou que os comunistas russos «nunca separaram a tarefa de lutar pelo socialismo da tarefa de lutar pela liberdade política» («As tarefas dos social-democratas russos», Obr. Compl., vol. 2, p. 347).

Ao mesmo tempo que indicamos a conquista



da liberdade política como um primeiro objectivo central da revolução anti-fascista, afirmamos como marxistas-leninistas, como partido do proletariado, como revolucionários que pretendem pôr fim à exploração do homem pelo homem, que a mais democrática das democracias burguesas serve a burguesia contra o proletariado, protege e defende a exploração dos trabalhadores, usa o poder do Estado contra os trabalhadores, e, se a luta destes põe em perigo os interesses do capital, a burguesia dominante, por muito «liberal» e «democrática» que seja, não hesita em violar a lei, retirar as liberdades e recorrer a métodos abertamente terroristas.

Como marxistas-leninistas, esclarecemos a classe operária e as massas da verdadeira natureza do Estado e da democracia. Quaisquer que sejam as formas do Estado burguês e do Estado proletário, o Estado proletário, tanto pela sua natureza como pela política que realiza, é sempre mais democrático que o Estado burguês. O Estado da burguesia é o instrumento de dominação por uma ínfima minoria de exploradores da maioria

esmagadora da população; o Estado proletário é o instrumento da grande maioria contra uma ínfima minoria. O Estado burguês é um instrumento de exploração e de subjugação das classes trabalhadoras e visa perpetuar a divisão da sociedade em classes antagónicas, o Estado proletário é o instrumento da liquidação da exploração do homem pelo homem e do termo da divisão da sociedade em classes. Uma democracia burguesa, por muito amplas que sejam as «liberdades democráticas» e a autoridade do parlamento, é sempre uma ditadura da burguesia; qualquer ditadura do proletariado, mesmo quando assume formas «ditatoriais», é sempre mil vezes mais democrática do que qualquer democracia burguesa.

A Revolução de Outubro trouxe a primeira grande comprovação histórica desta verdade. Desde o início e no seu desenvolvimento, o primeiro Estado de operários e camponeses mostrou ser o Estado de mais profundo conteúdo democrático jamais existente na história da humanidade.

3

A forma da ditadura do proletariado instaurada pela Revolução de Outubro foi o poder dos soviets de deputados operários, soldados e camponeses. No próprio dia 7 de Novembro de 1917, discursando pela primeira vez depois do triunfo da revolução, Lênine proclamou: «O velho aparelho do Estado será radicalmente destruído e será criado um novo aparelho de direcção na pessoa das organizações dos soviets» (Relatório ao Soviete de Petrogrado, Obr. Compl., vol. 26, p. 245).

Os soviets não foram uma criação artificial, decidida por teóricos num trabalho de gabinete. Os soviets foram uma criação da classe operária e das massas trabalhadoras no decurso da luta revolucionária. Nascidos nas grandes batalhas políticas da Revolução de 1905-1907, reapareceram com o triunfo da revolução democrático-burguesa de Fevereiro de 1917 e ganharam tal amplitude que constituíram durante meses, até Julho de 1917, um órgão do poder paralelo do governo provisório da burguesia. O mérito de Lênine e do partido bolchevique não foi ter «inventado» os soviets, mas ter sabido descobrir nesses organismos revolucionários criados pelas massas o órgão do poder no Estado proletário. Com a Revolução de Outubro, o poder do Estado passou para os soviets. O primeiro Estado proletário foi e ainda é um Estado soviético.

Eleitos, não numa base territorial, mas directamente nas fábricas, nas oficinas, nas herdades, nas aldeias, nas unidades militares, os soviets tornaram-se, não apenas organismos representativos das classes trabalhadoras, mas a forma de intervenção directa das massas na direcção do Estado. Tomando apenas os primei-

ros 10 anos do poder soviético, cerca de 12 milhões e 500 mil pessoas foram deputados, membros de comités executivos e delegados a congressos dos soviets. Os soviets constituíram a forma do exercício do poder pelas vastas massas populares, a afirmação do carácter verdadeiramente democrático da primeira ditadura do proletariado.

Todo o aparelho do primeiro Estado socialista deixou de ser orientado pelo centralismo-burocrático característico dos Estados burgueses, para ser orientado pelos princípios do centralismo democrático. Como qualquer outro Estado, o novo Estado não era neutro nem se situava acima das classes. O novo Estado foi criado para servir a aliança do proletariado com o campesinato e com amplas camadas não proletárias de trabalhadores, para servir a maioria esmagadora da população contra a resistência das classes desalojadas do poder. Mas por isso mesmo, quebrado, destruído, esmagado o velho aparelho do Estado, o aparelho do novo Estado adquiriu um carácter profundamente popular.

O Exército Vermelho nasceu do povo e da revolução. Provenientes da classe operária e do campesinato, os seus quadros forjaram-se no fogo da luta. Desde o primeiro dia, as unidades do Exército Vermelho estiveram indissolúvelmente ligadas à classe operária e aos camponeses, nas fábricas, nas aldeias, nos sindicatos. A justiça foi também profundamente democratizada. Através de juízes eleitos e de assessores populares, as massas trabalhadoras passaram a participar amplamente na sua administração. A milícia tornou-se um instrumento de defesa diária da segurança da população. Os funcionários passaram a ser eleitos e revocáveis. Como auxilia-

res do poder, os sindicatos participaram activamente na criação de organismos económicos, na elaboração dos planos de produção, no controle operário sobre os dirigentes das actividades económicas. Escolas de gestão económica e administrativa, viveiros de quadros, os sindicatos, assim como as cooperativas de camponeses e artesãos, desempenharam importante papel na democratização da vida política e económica. Os soviets, os sindicatos, as comissões de fábrica, enviaram milhares de trabalhadores para os ministérios (Comissariados do Povo), para os comandos do exército e da milícia, para os órgãos de planificação e de gestão industrial. Foram os operários da fábrica Siemens-Shukart que deram os quadros para o primeiro núcleo de funcionários do Comissariado dos Negócios Estrangeiros; os da fábrica Putilov para o Comissariado do Interior; os do bairro Viborg de Petrogrado para o Comissariado da Instrução. Em vez da velha burocracia ao serviço do capital, é todo o sangue novo do proletariado revolucionário que corre nas veias do novo aparelho do Estado.

Pela primeira vez na história, as liberdades, a democracia, os direitos, deixaram de ser privilégio duma minoria de exploradores, para serem a forma de viver e intervir na vida política e social das vastas massas populares. O Estado soviético suprimiu as desigualdades de direitos por motivo de origem social, do sexo, da instrução ou das crenças religiosas. Pôs à disposição dos trabalhadores os meios materiais para exercerem os seus direitos democráticos (edifícios, tipografias, rádio, ruas). Socializando os instrumentos e meios de trabalho, criou as condições para que o povo passasse a gerir a produção e as instituições económicas. O novo Estado socialista, a primeira ditadura do proletariado, constituiu, nas palavras de Lênine, «um novo tipo de democracia»: «o democratismo proletário» (Obr. Compl., vol. 33, p. 47).

Numa passagem de brilhante clareza, Lênine pôs em confronto o novo Estado socialista com o Estado burguês anterior. «Ditadura duma minoria (escreveu Lênine), o antigo poder não podia manter-se senão pelos expedientes da polícia, pelo afastamento e impedimento das massas populares de participarem no poder, de controlarem o poder (...). Ditadura da imensa maioria, o novo poder não podia manter-se e não se manteve senão graças à confiança das massas imensas, senão porque chamava todas as massas a participarem no poder da maneira mais livre, mais larga e mais poderosa» («Contribuição para a história da questão da ditadura», Obr. Compl., vol. 31, p. 364).

A Revolução de Outubro mostrou na vida a justeza da teoria leninista do Estado e da Revolução. Nenhum governo teria sido capaz de pôr fim à exploração capitalista; de nacionalizar a indústria, os transportes, os bancos e a terra, de confiscar os latifúndios e entregá-los aos cam-

poneses, de assegurar a igualdade das nações e libertar do jugo nacional as nações submetidas ao antigo império russo, de assegurar à mulher direitos iguais aos do homem, de encetar e levar a bom termo a obra grandiosa da edificação da sociedade socialista, se não dispusesse de um aparelho do Estado ao serviço dos operários e camponeses. Sem a destruição do antigo Estado (do aparelho da ditadura da burguesia), sem a criação do novo Estado (do aparelho da ditadura do proletariado) em bases amplamente democráticas, sem a participação real das massas na direcção política e económica, não teria sido possível realizar a revolução socialista.

As formas da ditadura do proletariado podem variar e variam segundo as condições, os métodos e as circunstâncias de acesso da classe operária ao poder, segundo o grau de violência do acto revolucionário, segundo o grau de desenvolvimento do capitalismo, segundo a situação anterior e a arrumação das forças de classe, segundo o grau de resistência da burguesia reaccionária à construção do socialismo, segundo a conjuntura internacional e os auxílios externos à reacção interior.

Lênine previra essa diversidade: «Todas as nações virão ao socialismo, isso é inevitável, mas não virão duma maneira absolutamente idêntica; cada uma trará a sua originalidade em tal ou tal forma de democracia, em tal ou tal variedade da ditadura do proletariado, em tal ou tal ritmo de transformações socialistas dos diferentes aspectos da vida social» («Uma caricatura do marxismo», Obr. Compl., vol. 23, p. 75-76).

O Estado, por sua natureza, significa a «organização da violência», mas o exercício do poder pelo proletariado pode ser mais tolerante ou mais severo segundo as exigências da situação e em particular segundo a posição da própria burguesia. Na Revolução de Outubro, a violência revolucionária a que foi obrigado o poder soviético resultou da «resistência feroz, insensata, imprudente e desesperada» da burguesia. Sem essa resistência, no dizer de Lênine, «a revolução teria revestido formas mais pacíficas» (Rel. sobre o trabalho no campo ao VIII Congresso do PC(b) R. Obr. Compl., vol. 29, p. 212). A destruição do velho aparelho do Estado e a criação dum novo aparelho podem não excluir o aproveitamento de formas tradicionais de organização, cujo carácter de classe seja transformado. A tarefa dos partidos comunistas não é transplantar mecânicamente para os países respectivos as formas que tomou a ditadura do proletariado noutros países, não é querer imitar outras revoluções, antes saber encontrar as formas do poder político dos trabalhadores segundo as particularidades nacionais e o curso do processo revolucionário.

Quaisquer porém que sejam essas formas, os traços essenciais da Revolução de Outubro con-



servam completa actualidade no sentido da sua «repetição histórica inevitável» e constituem, no que respeita à questão do poder, à questão do

Estado, o mais rico arsenal de experiências e ensinamentos para o proletariado revolucionário de todos os países.

4

A teoria marxista-leninista do Estado e da Revolução e as experiências da Revolução de Outubro não são apenas válidas para a revolução proletária, mas para qualquer verdadeira revolução que substitua as classes que se encontram no poder por classes revolucionárias.

As forças democráticas portuguesas, que colocam como objectivo da sua luta o derrubamento da ditadura fascista e a construção dum Portugal democrático, estão vitalmente interessadas em definir uma correcta atitude em relação ao problema do Estado. Também as massas populares precisam de ter ideias claras a esse respeito, pois não se trata apenas de um problema teórico, mas duma questão central da acção revolucionária.

Se se considerarem as posições dos vários sectores da Oposição anti-fascista, um aspecto salta à vista: a íntima relação entre os objectivos políticos que cada qual atribui à revolução anti-fascista e as suas posições em relação ao problema do Estado: quanto menores são as transformações de ordem social e política encarádas, tanto menores são as exigências de modificação ou substituição do Estado actual, do Estado fascista.

Esta relação é lógica e inevitável. Se o aparelho do Estado é um instrumento das classes detentoras do poder, ele pode servir essas mesmas classes na realização duma nova política. Por isso, para aqueles sectores da Oposição que, voltados para o compromisso com os «dissidentes» do regime, se opõem, nas suas próprias palavras, aos que «aspiem a destruir a arquitectura social da Nação» (Carta da Acção Democrático-Social a Salazar, 4.9.1966), ou seja, para aqueles sectores que desejam manter o domínio dos monopólios e latifundiários, embora mudando os métodos de governação e instituindo certas liberdades, é evidente que se não torna necessária a destruição do Estado fascista, bastando a sua «remodelação» ou «liberalização».

Se os objectivos da revolução anti-fascista fossem os definidos em 1961 pela burguesia liberal no «Programa para a Democratização da República», para que seria necessária a destruição do aparelho do Estado fascista? Esse «Programa», não coloca como objectivo a liquidação do poder dos monopólios, mas apenas o «estrito controle» daqueles que têm «exclusivos (!) de produção ou de serviços», a «consideração atenta» da sua actividade para efeitos fiscais (Cap. VIII, A, 6), a «regulamentação» (?) das funções dos bancos e da fiscalização (?) das sociedades anónimas (Cap. VIII, B 19 e C 33). Esse «Programa» mostra que os seus autores pensam não se dever tocar com um dedo nos latifundiários e

nos grandes capitalistas na agricultura (Cap. VIII, D 37 e 38). Mostra que pretendem não só a manutenção como o reforço do domínio imperialista sobre Portugal (Cap. XIII, 4). As medidas propostas pelo «Programa» quanto ao fomento económico, quanto à concentração industrial, quanto ao problema agrário, quanto à política social, quanto à «participação» dos operários no capital das empresas, constituem uma política aceitável pelos monopólios e em alguns aspectos simples reedições mal disfarçadas da política salazarista (Cap. VIII, A 4, A 6, A 9, D 38, E 53, etc.).

A realização desse «Programa» asseguraria aos grupos monopolistas e aos latifundiários manterem-se no poder para além do fim da ditadura fascista, sobreviverem com novas formas de dominação política, encontrarem no fim de contas uma saída do beco a que os conduz o salazarismo. Para o realizar, uma equipa governante, fosse uma coligação de dissidentes e liberais, fosse mesmo uma coligação alargada até aos «socialistas», não teria necessidade nem vantagem de destruir o Estado fascista: bastar-lhe-ia «tomar conta dele», «remodelando-o» e «liberalizando-o».

E por isso perfeitamente coerente que, no que respeita ao Estado fascista, o mesmo «Programa para a Democratização da República» inscreva apenas como objectivos a extinção da PIDE, dos Tribunais Plenários e das Corporações. O aparelho do Estado ficaria intacto no fundamental. A substituição do aparelho militar e repressivo da ditadura fascista por um aparelho militar e repressivo ao serviço dum novo regime democrático é aspecto não só ignorado como escamoteado. O que nesse «Programa» se estabelecia no capítulo da «defesa nacional» aumento da «mobilidade» e «poder de choque» das unidades, distribuição territorial, repartição das dotações, etc. (Cap. XII)—tinha como claro fim reforçar o militarismo, dando satisfação às reivindicações de maior «especialização» e «eficiência técnica» da oficialidade reaccionária. Anuncia-se mesmo que a nomeação de generais «deixaria de ter o aspecto de escolha de carácter político» (Cap. XII, 7), o que significaria que o governo «democrático» não teria o cuidado de entregar os comandos a homens fiéis aos ideais da democracia e admitiria que ficassem nas mãos de fascistas e outros reaccionários. O mesmo em relação aos tribunais. Anunciando embora «uma reforma geral dos serviços da Justiça» (Cap. VI, 1), o «Programa» evita bulir na magistratura.

O aparelho do Estado, tal como o programa da burguesia liberal, estaria em condições de continuar a assegurar o poder dos monopólios e

de impedir que as massas populares, após o derubamento do fascismo, interviesses na determinação da política nacional e das grandes linhas da construção duma nova sociedade democrática.

É certo que o mesmo "Programa" inscreve, entre outras medidas, o "restabelecimento das liberdades públicas" (Cap. I, 1). Mas, a admitir-se a sobrevivência no essencial do Estado fascista, as liberdades estariam desde início ameaçadas e não deixariam de ser violadas e suprimidas pelo mesmo aparelho do Estado no dia em que as classes que efectivamente continuariam a controlar esse aparelho sentissem ameaçados os seus interesses.

Tem de dizer-se claramente que, da parte de alguns opositores inclinados ao compromisso com os "dissidentes do regime", a maior preocupação não é a de que a máquina do Estado fascista possa sobreviver ao termo da ditadura e comprometer assim o curso democrático da sociedade portuguesa, mas a preocupação de que essa máquina do Estado possa ser demasiado atingida e deixar por isso de estar em condições de reprimir e sufocar a pretensão das massas populares intervirem activamente na construção duma sociedade democrática.

Quando, antevedo a queda do fascismo, esses opositores se mostram particularmente interessados em que a "ordem" não seja alterada,

que significa isso senão que querem impedir a revolta popular e a acção das massas, que necessariamente significarão uma "alteração da ordem" e são entretanto essenciais para destruir o fascismo? Quando a Acção Democrato-Social garante a Salazar que repudia «quaisquer propósitos de subversão nacional» (Carta de 4. 9. 1966) que significa isso senão que teme a vaga de fundo efectivamente «subversiva» que será a manifestação das reivindicações das massas após 40 anos de fascismo? Quando esses e outros sectores, através dos anos, fazem repetidos apelos aos generais e aos Comandos para que sejam eles a impor uma política «liberal» e a assegurar a "ordem", e quando propõem governos de coligação cuja existência seja garantida pelos mesmos generais e comandos, que significa isso senão que pretendem que as forças armadas, comandadas por fascistas e reacconários, submetam e esmaguem, se necessário, as massas populares?

Tais opiniões e atitudes mostram que a política de compromisso com os "dissidentes do regime", a política de salvação da "arquitectura social da nação" e de "defesa da ordem contra a subversão", a política de conservação das estruturas do Estado actual, é dirigida contra a classe operária e as vastas massas trabalhadoras é dirigida contra uma transformação verdadeiramente democrática da sociedade portuguesa.

5

Também anti-fascistas que se pronunciam por um Portugal democrático e independente, mesmo pelo socialismo, tomam em relação ao problema do Estado posição semelhante à daqueles que pretendem perpetuar a «ordem» dos monopólios para além do termo da ditadura fascista. Não nos referimos aqui a alguns que se intitulam «socialistas democráticos», mas cuja acção política não é o melhor atestado dos seus desejos de socialismo e de democracia. Referimo-nos agora a alguns que em numerosas ocasiões têm mostrado a sua aspiração a um Portugal democrático libertado do domínio dos monopólios, dos grandes senhores da terra, do imperialismo estrangeiro. A posição que estes anti-fascistas assumem em relação ao problema do Estado não traduz evidentemente a intensão de assegurar a defesa dos interesses monopolistas. Mas traduz gravíssimas ilusões.

Essas ilusões, juntando-se à defesa da «arquitectura social da Nação» pelos sectores atrás referidos, têm uma influência negativa nas forças políticas e nas massas populares, tendendo a apagar no seu espírito a consciência do que representa o Estado fascista e da necessidade da sua destruição. Qualquer que fosse a via para o derubamento do fascismo, tais ilusões, a manterem-se e a predominarem no movimento democrático, seriam susceptíveis de comprometer a vitória do povo português no dia em que ponha termo

à ditadura fascista. Daí a necessidade de alertar contra os seus perigos.

Segundo alguns, bastaria a formação dum governo de homens progressivos para assegurar a realização duma política progressiva. Se numa conjuntura política determinada (que ninguém explica qual seria) ficassem à frente dos ministérios homens decididos a realizar reformas sociais profundas, estas estariam por esse mesmo facto asseguradas. Tal a primeira grande ilusão, que prejudica a apreciação do processo revolucionário, deforma as perspectivas do movimento democrático e faz esquecer objectivos fundamentais da revolução anti-fascista.

Não são apenas argumentos teóricos que mostram a sua fragilidade. A história do movimento revolucionário ensina que, se a máquina do Estado em que um governo se apoia está dominada pelas classes contra as quais o mesmo governo ou alguns dos seus membros pretendem em qualquer momento realizar uma política, essa mesma máquina do Estado (isto é o exército, as forças repressivas, os tribunais, a burocracia) sobrepõe-se ao governo e impede a sua acção, seja sabotando a aplicação dos decretos e decisões do governo, seja forçando remodelações ministeriais, seja ainda inspirando, apoiando ou servindo golpes de palácio ou putches que afastem o governo e coloquem outro no seu lugar.

Tanto em países capitalistas desenvolvidos, co-



mo em países recém-libertados da submissão nacional ou colonial, a história recente apresenta sucessivos exemplos comprovativos desta realidade. Cite-se porém apenas a experiência da revolução russa, uma vez que é esse o tema deste artigo.

Falando da revolução de Fevereiro de 1917, Lénine mostrava como a manutenção do aparelho do Estado impedia a acção dos próprios ministros mencheviques e socialistas-revolucionários. Salientando que "mesmo nesses ministérios o aparelho de direcção ficou no seu lugar e entrava todo o trabalho" ("Uma das questões fundamentais da revolução", Obr. Compl., vol. 25, p. 400), Lénine desfazia o logro espalhado nas massas populares segundo o qual a participação de ministros "socialistas" no governo seria suficiente para assegurar uma política "socialista". "As mudanças de ministros têm muito pouca importância, — sublinhava Lénine —, uma vez que todo o real trabalho de administração esteja confiado a um imenso exército de funcionários (...) imbuído dum espírito anti-democrático, ligado por milhares e milhares de nós aos grandes proprietários rurais e à burguesia de que depende por todas as formas" (Ibid. p. 401). E concluía: «Tentar efectuar, por meio deste aparelho do Estado, reformas como a abolição sem indemnização da grande propriedade rural ou o monopólio dos cereais; etc., é iludir-se ao mais alto ponto, é enganar-se a si próprio e enganar o povo» (Ibid.).

Nos nossos dias e no nosso país, enganam-se também a si próprios e, queiram ou não queiram, enganam o povo aqueles que afirmam que a formação dum governo constituído por democratas, socialistas, mesmo comunistas, asseguraria, por si só, a realização duma política democrática, sem que para isso se tornasse necessária a destruição do aparelho do Estado organizado pelos fascistas.

Alguns, reconhecendo a dificuldade, julgam descobrir a solução ao imaginarem uma redistribuição dos cargos, com demissões dos fascistas mais notórios dos lugares mais responsáveis e a nomeação em sua substituição de "homens de confiança". Nem se trata de uma descoberta nem de uma solução. Tapando um buraco com uma tábua furada, à primeira ilusão acrescentam uma segunda.

Tal "solução" é a velha solução das "revoluções" burguesas e pequeno-burguesas, em que os partidos, que se substituíam no poder, multiplicavam nomeações e redistribuições de cargos. Em Portugal, foi o processo habitual dos partidos que se sucediam no governo, tanto no tempo da monarquia constitucional, como no da república parlamentar. Diversos políticos se gabaram de ter cansado os braços no primeiro dia de governo a assinar demissões e nomeações. E entretanto nos mais dos casos de pouco lhes valia o ex-

pediente. Tal "solução" pode ser viável (embora nem sempre o seja), quando se não trata de verdadeiras revoluções, quando se não trata de alterar a "arquitectura social da Nação", mas apenas de mudar equipas burguesas, por virtude do jogo de interesses e rivalidades de grupos e camadas da burguesia. Mas, quando se trata de revoluções que alteram a natureza de classe da política governamental, então a redistribuição dos cargos é insuficiente para que o aparelho do Estado assegure a realização pelo governo das reformas ou medidas revolucionárias que se impõem.

Falando ainda da revolução russa de Fevereiro de 1917, Lénine notava como "de alto a baixo, em todas as administrações centrais e locais" os cargos de funcionários, se haviam tornado o espólio de cadetes, mencheviques e socialistas-revolucionários. ("O Estado e a Revolução", loc. cit. p. 442). As reformas que se impunham nem por isso foram realizadas.

Não considerando de momento a via para o derrubamento do fascismo, se admitíssemos que, posto fim à ditadura fascista, se instalava no poder um governo democrático que se limitasse a "liberalizar" o aparelho do Estado fascista e a "redistribuir" os cargos, que aconteceria?

Das duas uma: Ou tal governo pretendia realizar uma política realmente democrática, realizar as reformas indispensáveis para assegurar o progresso social, atingir as forças sociais e políticas reacçãoárias, e nesse caso o aparelho do Estado sabotaria e impediria de facto a realização de tal política e seria, caso necessário, um instrumento da contra-revolução.

Ou tal governo acabava por trair a sua missão, renunciando a uma política democrática e aceitando as imposições do capital financeiro e do aparelho do Estado que nunca deixara de servi-lo. E então? Então tão pouco seriam estáveis as "liberdades". É de prever que as classes trabalhadoras manifestariam a sua indignação, exigiriam do governo a satisfação das suas aspirações; e que o governo, apesar de "democrático" ou mesmo "socialista", apoiando-se no aparelho do Estado e agora apoiado por este, responderia com esquivas, com medidas demagógicas e finalmente com a repressão. A agudização da luta de classes levaria a equipa governante, com medo da revolução, a reforçar o aparelho repressivo. E, se em qualquer momento essa equipa não se mostrasse à altura da sua tarefa como defensora dos grupos monopolistas, dos latifundiários, dos colonialistas, do imperialismo estrangeiro, todos estes utilizariam a máquina do Estado, que lhes fora «conquistada» mas nunca verdadeiramente arrebatada, para formar um governo mais fiel aos seus interesses e mais «competente» na sua defesa. A reacção, a contra-revolução, mesmo o fascismo, passariam de novo à ofensiva.

As forças democráticas portuguesas devem trabalhar para que tais situações se não venham a verificar. Devem ter perfeitamente clara a ideia de que, depois de derrubado o fascismo, nenhuma política democrática poderá ser levada a cabo em Portugal, nenhuma reformas sociais profundas poderão ser realizadas, o poder dos monopólios e latifundiários não poderá ser liquida-

do, nenhuma garantia poderá haver contra nova ofensiva vitoriosa da reacção e do fascismo, se o aparelho do Estado for apenas conquistado, remodelado e liberalizado. É um absurdo pensar que uma revolução pode realizar-se apoiada no aparelho do Estado das classes contra as quais essa mesma revolução é dirigida.

6

Se a revolução anti-fascista é considerada, não como a substituição da equipa governante fascista ao serviço dos monopólios por uma equipa liberal igualmente ao serviço dos monopólios, não como a precária subida ao poder de homens progressistas sem os meios de realizar uma política progressiva, mas como a abolição do poder dos monopólios e latifundiários, a sua expulsão do poder, a destruição das bases sociais do fascismo, a implantação dum regime democrático, a satisfação das aspirações mais sentidas dos trabalhadores, dos camponeses, dos intelectuais, das camadas sociais exploradas e oprimidas durante 40 anos de fascismo, — então a posição em relação ao problema do Estado tem de ser necessariamente diversa. Então tem de concluir-se que não basta tomar conta do aparelho do Estado. É necessário destruir a «organização da violência», o «poder especial de repressão» que os monopólios, os latifundiários, os sectores mais reaccionários da burguesia, criaram e organizaram cuidadosamente ao longo de dezenas de anos para seu uso e sua defesa. É necessário construir um aparelho do Estado capaz de assegurar a realização dos objectivos políticos, sociais, económicos e culturais da revolução anti-fascista, capaz de esmagar a resistência (que não deixará de ser encarnizada) das classes desalojadas do poder, capaz de defender o novo regime das tentativas da contra-revolução e mesmo de uma eventual intervenção estrangeira. Sem um tal Estado, a democracia não será viável em Portugal.

O Partido Comunista Português, no seu Programa, define a revolução anti-fascista como uma revolução democrática e nacional, cujos oito objectivos fundamentais são: 1º Destruir o Estado fascista e instaurar um regime democrático; 2º Liquidar o poder dos monopólios e promover o desenvolvimento económico geral; 3º Realizar a Reforma Agrária, entregando a terra a quem a trabalha; 4º Elevar o nível de vida das classes trabalhadoras e do povo em geral; 5º Democratizar a instrução e a cultura; 6º Libertar Portugal do imperialismo; 7º Reconhecer e assegurar aos povos das colónias portuguesas o direito à imediata independência; 8º Seguir uma política de paz e amizade com todos os povos (Cap. I).

O Programa do PCP considera que, sem a realização de todos estes objectivos, a revolução democrática e nacional não estará acabada e não estará assegurado o desenvolvimento democrático e independente da sociedade portuguesa.

Mas sublinha que a «instauração das liberdades democráticas, a destruição do Estado fascista e a sua substituição por um Estado democrático, constituem um objectivo central da revolução democrática e nacional e uma condição primeira e indispensável para a realização dos seus outros objectivos» (Cap. I, 1º).

Entre as medidas indicadas no Programa do PCP contam-se: a nacionalização dos bancos e grandes empresas monopolistas nas minas, na indústria, nos transportes e comunicações (Cap. I, 2º 1); a nacionalização de empresas monopolistas estrangeiras (Cap. I, 6º, 1); a Reforma Agrária (Cap. I, 3º, 1 e 2); a reforma tributária instituindo impostos fortemente progressivos (Cap. I, 2º, 8); a expropriação dos prédios urbanos pertencentes ao capital monopolista (Cap. I, 4º, 7); etc. Estas e outras reformas e medidas nunca poderiam ser realizadas, se o governo democrático se apoiasse numa máquina do Estado organizada precisamente para defender os interesses das classes por elas atingidas. «O Estado fascista (as forças armadas, a polícia, os tribunais, o aparelho governamental e burocrático) — diz o Programa do Partido — é o instrumento da opressão exercida pela burguesia monopolista e pelos latifundiários sobre as vastas massas da população (...). A máquina do Estado fascista nunca poderia servir a democracia. As forças revolucionárias não se podem limitar a tomar conta da máquina do Estado fascista, para utilizá-la pronta como está, introduzindo-lhe apenas modificações e substituindo funcionários. A primeira tarefa das forças revolucionárias é destruir o Estado fascista e substituí-lo por um Estado democrático, ao serviço do povo, ao serviço da revolução democrática e nacional». (Cap. I, 1º).

Quaisquer que sejam as circunstâncias em que a ditadura fascista venha a ser derrubada, as forças democráticas e as massas populares, tanto no decurso do processo revolucionário como após o derrubamento do fascismo, não podem perder de vista um momento que seja esta a sua «primeira tarefa». A situação nacional, a evolução política, as experiências da luta, as características do Estado fascista, indicam que o derrubamento do fascismo, exigirá uma luta revolucionária aguda, uma insurreição popular. A parte do aparelho do Estado fascista que não fôr destruída no decurso do processo insurreccional deve ser destruída urgentemente, sem

perda de tempo, logo após. Se isso não for feito, não só não poderá ser realizada uma política democrática, como a contra-revolução não tardará.

Para construir um Portugal democrático e independente é necessário que os órgãos do poder se baseiem na vontade popular e liguem constantemente a sua acção às aspirações das classes e camadas laboriosas. É necessário que as forças armadas e de segurança, os serviços judiciais, o aparelho burocrático, sejam organizados para a defesa da revolução. É necessário que as massas populares intervenham activamente em toda a vida nacional, desenvolvendo amplamente a sua energia criadora. É necessário que o povo português se torne de facto senhor do seu destino. Tudo isto significa: é necessário organizar um novo aparelho do Estado profundamente democrático.

A teoria marxista-leninista do Estado é a única que dá, não apenas à classe operária, mas a quaisquer forças revolucionárias, uma base científica para resolverem os problemas práticos da conquista do poder, da organização dos seus órgãos, da sua defesa e da sua consolidação. As

experiências da Revolução de Outubro conservam toda a sua actualidade.

Nas vésperas de Outubro, vivendo clandestinamente na cabana de Razliv e escrevendo no cepto duma árvore, Lênine apontava a acção a empreender em relação ao Estado, como condição necessária para a vitória. Esse exemplo deve estar presente no nosso espírito.

Forças democráticas que pretendam representar um papel dirigente na revolução anti-fascista têm o dever de definir, e já, uma orientação correcta em relação ao problema do Estado, pois erros e ilusões poderão comprometer ou anular trágicamente o grande êxito da revolução e abrir passo à contra-revolução.

O Partido Comunista, partido do proletariado, não só procurará dar a sua contribuição teórica para a compreensão do problema como empregará incansavelmente os seus esforços para que a classe operária e as massas, na acção revolucionária, decidam na prática a questão do poder e do Estado, que certos chefes não entendam ou não queiram entender. O sucesso da revolução anti-fascista, a construção dum Portugal democrático, assim o exige.

50º ANIVERSÁRIO DA REVOLUÇÃO DE OUTUBRO

Os êxitos do povo soviético nos domínios económico, social, cultural e político

por Jaime Serra

A 50 anos de distância, a Grande Revolução Socialista de Outubro aparece cada vez mais como um acontecimento de alcance histórico universal.

A Revolução de Outubro foi o grande farol que iluminou o caminho à classe operária internacional para a conquista do poder numa série de outros países da Europa, Ásia e América Latina, originando a criação do sistema mundial do socialismo.

Como é natural, a força e influência do sistema mundial do socialismo tem por base a potência e o poder de atracção da União Soviética, os grandes êxitos do seu heróico povo no domínio económico, social, cultural e político.

Não tem sido fácil o caminho do povo soviético ao longo destes 50 anos em que teve de fazer pesados sacrifícios na luta para a defesa das conquistas da Revolução de Outubro e até da Humanidade inteira. De entre esses sacrifícios são de destacar as destruições inenarráveis e os 20 milhões de mortos na grande guerra patriótica contra o fascismo hitleriano.

Como está organizado o povo soviético

No momento presente, todo o povo, com o Partido Comunista da União Soviética à cabeça, está empenhado na grande obra da construção da base material e técnica do comunismo. O Partido, é a grande força que está na base da organização do povo soviético. Ele impulsiona e orienta o trabalho criador de todo o povo para

a construção do comunismo.

O Partido Comunista da União Soviética, o glorioso partido de Lênine, que em 1917 dirigiu o proletariado russo à conquista do poder, tem sido o grande organizador e dirigente do povo soviético nas grandes batalhas e vitórias históricas verificadas nos domínios militar, político,

científico, económico e social. De 240.000 membros em Julho-Agosto de 1917, o P.C.U.S. transformou-se num grande partido de massas com cerca de 13 milhões de membros na hora actual.

Os sindicatos soviéticos, com 80 milhões de aderentes, são uma verdadeira escola do comunismo. A sua actividade, sempre virada para a defesa do bem-estar dos trabalhadores, tem por base não já como no passado a luta por conquistas sociais mas sim a defesa, a administração e o alargamento dessas conquistas. Os sindicatos soviéticos ocupam-se de imensas tarefas ligadas à remuneração e organização do trabalho, à elevação do valor profissional dos operários, à melhoria constante das condições sanitárias e de protecção do trabalho. Aos sindicatos está hoje confiada a administração duma extensa rede de serviços sociais, tais como sanatórios, campos de férias, casas de repouso, etc.

A organização leninista da juventude soviéti-

ca, o Komsomol, conta nas suas fileiras cerca de 23 milhões de jovens, rapazes e raparigas. O Komsomol é, sob a direcção do P.C.U.S., a força de vanguarda da juventude soviética. Nas suas fileiras estão alguns dos construtores mais entusiastas da sociedade soviética, os pioneiros da construção do comunismo. Sob o seu impulso e dinamismo os jovens trabalhadores soviéticos realizam verdadeiros milagres de emulação do trabalho socialista.

Estas grandes forças organizadas da sociedade soviética, acompanhadas pela organização feminina, de intelectuais, etc., são guiadas pela doutrina do marxismo-leninismo, de que o Partido impregnou toda a vida soviética. Sob a sua direcção, o povo soviético constrói já hoje a base técnica e material do comunismo e marcha unido à conquista de outros planetas dando corpo à genial previsão de Karl Marx, o grande teórico e fundador do socialismo científico.

Uma grande potência industrial

As grandes proezas e êxitos técnico-científicos da URSS no domínio da utilização da energia atómica e da conquista do espaço, tem por base o grande desenvolvimento económico e o poder industrial alcançado nos últimos anos, graças ao trabalho criador do povo soviético.

De país atrasado que era antes da Revolução de Outubro, a URSS caminha rapidamente para alcançar o lugar de primeira potência industrial do mundo. Em 1965, a URSS produzia já um quinto de toda a produção industrial mundial, enquanto que nas vésperas da II Guerra

Mundial, em 1939, produzia apenas uma décima parte.

O quadro seguinte que consta das Directivas do XXIII Congresso do P.C.U.S. relativas ao plano quinquenal de 1966/70, mostra o rápido progresso da produção dos principais produtos da indústria pesada, desde o longínquo ano de 1928, data em que começou a execução do primeiro plano quinquenal, até aos nossos dias. A última coluna contém a previsão do plano para 1970, último ano do plano quinquenal:

Produção industrial da URSS

	1928	1940	1945	1958	1965	1970 (plano)
Energia eléctrica (bilhões de Kwh)	5,0	48,3	43,3	235	507	860
Aço (milhões de toneladas)	4,3	18,3	12,3	54,9	91,0	124/129
Petróleo (milhões de ton.)	11,6	31,1	19,4	113	243	345/355
Gás (bilhões de m ³)	0,3	3,4	3,4	29,9	129	225/240
Carvão (milhões de ton.)	35,5	166	149	493	578	665/675
Cimento (milhões de ton.)	1,8	5,7	1,8	33,3	72,4	100/105
Atributos químicos (milhões de ton.)	0,14	3,2	1,1	12,4	31,3	62/65

No decurso do novo plano quinquenal, a produção industrial da URSS aumentará de cerca de 50%.

A produção de camiões aumentará de 60 a 70%, e a de automóveis de turismo quase quadruplicará. Frigoríficos, em 1961-1965 venderam-se (milhões de unidades) 4,7; em 1966-1970, prevê-se a subida para 18,5. Máquinas de lavar roupa: nos mesmos períodos, a variação é de 10,9 para 19. Receptores de rádio e combinados: de 21,5 para 30 e televisores, de 12 para 27.

O impetuoso desenvolvimento da produção eléctrica, permite prever para breve a materialização do sonho de Lénine — a electrificação de toda a URSS — base da construção do

comunismo. Com efeito, de 1928 a 1965, a produção de energia eléctrica aumentou de 101 vezes e uma única das grandes centrais hidro-eléctricas, a central «Lénine», no Volga, produz duas vezes a produção nacional na URSS em 1928. A produção desta central é também equivalente ao dobro da actual produção de energia eléctrica em Portugal.

O aumento da produção da indústria pesada é acompanhado dum grande desenvolvimento da produção de todos os ramos da indústria ligeira (equipamento, alimentação, vestuário, etc.), o que permite uma rápida elevação do nível de vida e bem-estar dos trabalhadores. Na agricultura, prevê-se também um grande passo na industrialização e no consequente aumento da produção, acompanhado duma grande revolução na vida dos campos e no bem-estar das famílias camponesas. As diferenças tradicionais entre a cidade e o campo e entre o trabalho manual e intelectual tendem cada vez mais a atenuar-se.



As conquistas sociais e a revolução cultural do povo soviético

O poder soviético liquidou para sempre a exploração do homem pelo homem, transformando os meios de produção de propriedade individual em propriedade colectiva de todo o povo. Esta grande conquista socialista deu um novo conteúdo ao trabalho dos homens e mulheres da URSS. De pesada obrigação, o trabalho transformou-se num motivo de honra e orgulho para o cidadão soviético.

O trabalhador soviético tem hoje a jornada de trabalho mais curta do mundo. Para as indústrias pesadas e insalubres, tais como as mineiras, já há muito que a jornada semanal é de 36 horas. Recentemente passou a introduzir-se gradualmente como regime de trabalho para todos os operários e empregados soviéticos, a semana de 5 dias de trabalho com 2 dias de repouso.

No domínio da saúde pública, a URSS é desde há alguns anos o país onde o índice de mortalidade é o mais baixo do mundo. Uma grande rede de policlínicas, hospitais e sanatórios, espalhados pelo imenso território da URSS, estão ao dispor dos trabalhadores e do povo soviético. Nos serviços de saúde da URSS trabalham mais de 4 milhões de pessoas, das quais 550.000 médicos.

Antes da Revolução de Outubro predominava

na Rússia o analfabetismo, a superstição e a ignorância entre as massas. Hoje a URSS é um país onde a cultura e a instrução generalizadas são um traço característico do povo soviético. Nas 214.000 escolas de ensino geral estudam gratuitamente perto de 50 milhões de alunos. Um total de 2 milhões e 400 mil professores, uma das camadas mais numerosas de intelectuais soviéticos, ministra o ensino nas escolas soviéticas. Contando com as pessoas que frequentam outros centros de ensino, tais como centros de aprendizagem, institutos, colégios técnicos e escolas de cursos diversos, o total das pessoas que estudam na URSS eleva-se a mais de 70 milhões. Isto equivale a quase um terço de toda a população da URSS.

O Plano Quinquenal em curso prevê a elevação da instrução pública a um nível superior, com a passagem à instrução secundária obrigatória.

Em 1970 prevê-se que cerca de 5 milhões de estudantes cursarão estudos superiores na União Soviética.

O desporto e a cultura física são na URSS uma actividade de massas, orientada no sentido dos interesses morais e espirituais do povo e na defesa e fortalecimento da saúde dos trabalhadores.

As comemorações do 50º aniversário da Grande Revolução Socialista de Outubro, coincidem com um grande aumento da influência da URSS na política internacional. A sua acção na defesa da paz mundial, a sua consequente política de coexistência pacífica entre os povos conjuga-se com o apoio e ajuda activa aos povos que lutam pela libertação nacional e contra o imperialismo.

Os actuais acontecimentos no Médio Oriente e os esforços para fazer cessar a agressão do imperialismo americano contra o heróico povo do Vietnam quer pelo enorme auxílio directo a esses povos, quer pela actividade diplomática no campo internacional, mostram que nenhum problema importante no mundo de hoje se pode resolver sem a participação e cooperação da Grande União Soviética.

A ACÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Na luta contra a ditadura fascista, na revolução democrática e nacional, na revolução socialista e na construção do socialismo e do comunismo, o Partido Comunista Português representa e representará um decisivo papel.

De todas as forças que participam no movimento democrático nacional, só o proletariado guiado pelo Partido Comunista e encarnando os interesses vitais das vastas massas populares está em condições de promover a união de todas as classes e camadas anti-monopolistas, de lhes dar um espírito organizador e um impulso revolucionário, de as conduzir à vitória contra a

ditadura e de lutar consequentemente até ao fim pela realização de todos os objectivos fundamentais da revolução democrática e nacional.

O Partido Comunista Português guia-se na sua actividade pela doutrina marxista-leninista. Educa os seus membros no espírito da fidelidade à causa da classe operária e do povo, ao internacionalismo proletário, à defesa dos interesses nacionais, à amizade e solidariedade entre os trabalhadores e os povos de todos os países.

(Do Programa do Partido Comunista Português)